

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Saúde****Junta de Recursos - SES-MG****Parecer nº 9/SES/GAB-JRECURSOS/2024****PROCESSO Nº 1320.01.0017861/2021-35****JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL**

ASSUNTO: Análise de Recurso Administrativo

AUDITADO: Secretaria Municipal de Saúde de Caratinga

UNIDADE VISITADA: Hospital CASU Irmã Denise

MUNICÍPIO: Caratinga

SEI: 1320.01.0017861/2021-35

ATIVIDADE SISAUD: 662

RECORRENTE: Sr. E. G. S. (Pessoa Física)

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria assistencial programada, realizada pelas Assessorias Regionais de Auditoria Assistencial (ARAS) Jequitinhonha e (ARAS) Nordeste, no Sistema Municipal de Saúde de Caratinga, tendo como Unidade Visitada o Hospital CASU Irmã Denise, no período compreendido entre 12 e 16/07/2021.

A auditoria em questão ocorreu para atender ao Plano Anual de Auditoria Assistencial de 2021, do Componente Estadual de Auditoria do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (CEA/SUS-MG), que propôs a realização de auditorias nas Secretarias Municipais de Saúde e nos Hospitais beneficiados com recursos financeiros destinados às ações de média e alta complexidade no enfrentamento da pandemia de Covid-19.

O foco principal foi verificar o cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas pelo SMS de Caratinga e pelo Hospital CASU Irmã Denise no enfrentamento da Covid-19.

Após emissão dos Relatórios Finais de Auditoria, foram originados os Ofícios de notificação SES/AUDSUS nº 34/2023, 35/2023, 36/2023, 37/2023, 38/2023 e 39/2023, em virtude das seguintes

constatações não conformes seguidas de penalidades, impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

Relatório Final - Secretaria Municipal de Saúde de Caratinga:

· *Penalidade de Advertência Escrita*

1 – *Constatação nº 632843* – A SMS de Caratinga não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do Fundo Estadual de Saúde (FES) para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital CASU Irmã Denise (HCID).

2 – *Constatação nº 632844* – A SMS de Caratinga não aplicou adequadamente parte dos recursos financeiros e materiais recebidos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no HCID.

3 – *Constatação nº 632845* – A SMS de Caratinga não aplicou adequadamente parte dos recursos financeiros e materiais recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no HCID.

4 – *Constatação nº 632846* – Transferências bancárias indevidas de recursos financeiros federais do SUS repassados fundo a fundo e destinados ao enfrentamento da COVID-19 para contas não específicas.

5 – *Constatação nº 633294* – A Secretaria Municipal de Saúde - SMS de Caratinga realiza parcialmente o acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com o Hospital CASU-Irmã Denise para enfrentamento da COVID-19.

6 – *Constatação nº 633296* – A Secretaria Municipal de Saúde-SMS de Caratinga não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital CASU-Irmã Denise.

7 – *Constatação nº 632849* – A SMS não validou adequadamente os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do prestador HCID, conforme estabelecido no instrumento jurídico firmado e em normas que regulamentam os repasses, nos seguintes instrumentos: Termo de Convênio 09/2020 e seu aditivo, Termo de Convênio 13/2020 e Termo de Convênio 14/2020.

8 – *Constatação nº 633426* – A Secretaria Municipal de Saúde-SMS Caratinga não promoveu os ajustes no PMS e na PAS inserindo às ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e os submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

9 – *Constatação nº 633438* – A Secretaria Municipal de Saúde-SMS de Caratinga não apresentou os Relatórios Detalhados dos Quadrimestres Anteriores-RDQAs ao Conselho Municipal de Saúde-CMS/Caratinga e à Câmara de Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da COVID-19.

10 – *Constatação nº 633439* – O Relatório Anual de Gestão-RAG 2020 não contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

11 – *Constatação nº 632174* – A SMS não promoveu a devida alteração/complementação nas LDO 2020 e 2021 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

Relatório Final - Hospital CASU Irmã Denise:

· *Penalidade de Advertência Escrita*

1 – *Constatação nº 632851* – O Hospital não utilizou os recursos financeiros recebidos para o enfrentamento da COVID-19 conforme preconizado no Termo de Convênio nº 009/2020 e na legislação vigente.

2 – *Constatação nº 633271* – O Hospital não utilizou os recursos financeiros recebidos para o enfrentamento da COVID-19 conforme preconizado no Termo de Convênio nº 13/2020 e na legislação vigente.

3 – *Constatação nº 633415* – O Hospital não utilizou os recursos financeiros recebidos para o enfrentamento da COVID-19 conforme preconizado no Termo de Convênio nº 018/2020 e na legislação vigente.

4 – *Constatação nº 633499* – Inexistência de parte dos documentos comprobatórios na utilização dos recursos financeiros estaduais para enfrentamento do COVID-19 com pagamento de folha de pessoal em desacordo com o preconizado no Termo de Metas 1753/7160 e 1753/7265 e na legislação vigente.

5 – *Constatação nº 632850* - O Hospital não realizou prestação de contas conforme previsto nas legislações e/ou nos instrumentos jurídicos firmados para os convênios 09/2020, 13/2020 e 14/2020 e o termo de metas 1753/7160/2020.

6 – *Constatação nº 632735* – O Hospital CASU Irmã Denise (HCID), não atualiza com fidedignidade as informações referentes ao quantitativo, a ocupação e a regulação assistencial dos leitos COVID-19, nos sistemas preconizados na legislação.

7 – *Constatação nº 632599* – O Hospital CASU Irmã Denise (HCID) não possui estrutura adequada, bem como equipamentos suficientes para funcionamento de 19 leitos UTI - Tipo II SARS COVID-19, na Ala 09 de UTI COVID19.

8 – *Constatação nº 633962* – Ausência de registro na lista de patrimônio do Hospital da existência do tomógrafo adquirido para as ações de enfrentamento a COVID 19.

· *Penalidade de Advertência Escrita e Medida Corretiva de Devolução de Recursos*

9 – Constatação nº 644320 – Desvio de objeto/finalidade na utilização dos recursos financeiros federais para enfrentamento do COVID-19 com pagamento de despesas relativas à prestação de serviços médicos realizadas em data anterior ao início da vigência do Termo de Convênio 09/2020 e aditivo e na aquisição de material de construção para obras no laboratório de engenharia.

10 – Constatação nº 644359 – Desvio de objeto na utilização dos recursos financeiros federais para enfrentamento do COVID-19 oriundos do Termo de Convênio nº 13/2020 com pagamento de despesas relativas à prestação de serviços em cópias reprográficas, prestação de serviços de manutenção de veículo, prestação de serviços de assessoria de comunicação e aquisição de combustíveis.

11 – Constatação nº 633416 – Desvio de objeto/finalidade na utilização dos recursos financeiros federais para enfrentamento do COVID-19 com pagamento de despesas em desacordo com o Termo de Convênio 18/2020 e a legislação vigente.

12 – Constatação nº 633527 – O Hospital não utilizou os recursos financeiros recebidos para o enfrentamento da COVID-19 conforme preconizado no Termo de Metas nº 1753/7295 e na legislação vigente.

13 – Constatação nº 633528 – O Hospital não utilizou os recursos financeiros recebidos para o enfrentamento da COVID-19 conforme preconizado nos Termos de Metas nº 1753/7384 e 1753/7396 e na legislação vigente.

14 – Constatação nº 633592 – O Hospital não utilizou os recursos financeiros recebidos para o enfrentamento da COVID-19 conforme preconizado nos Termos de Metas nº 1753/7395 e 1753/7446 e na legislação vigente.

15 – Constatação nº 634239 – Recebimento irregular de recursos financeiros estaduais em virtude de indisponibilidade de Leitos adulto SUS UTI COVID-19 no HCID, em decorrência de insuficiência de equipamentos/materiais necessários para seu adequado funcionamento e assistência.

PARECER

Transcorrido o prazo estabelecido no Regulamento do SAA/SES-MG para interposição de recurso em segunda instância, o Hospital CASU Irmã Denise não se manifestou em relação as não conformidades registradas no Relatório Final de Auditoria.

Assim sendo, a Auditoria Assistencial/SUS-MG, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32, II, do Regulamento do Sistema de Auditoria Assistencial da Secretaria de Estado de Saúde (SAA/SES-MG), aprovado pela Resolução SES-MG nº 2.906 de 24/08/2011, enviou os Ofícios SES/GAB-AUDSUS nº 750/2023 (DOC: 78379457) e 751/2023 (DOC: 78379900), de 07/12/2023, à Diretora Executiva, Sra. R.C.F., confirmando a aplicação das Medidas Corretivas (e/ou) Penalidades propostas pela equipe de auditoria.

A Secretaria Municipal de Saúde de Caratinga, também, não se manifestou em relação as não conformidades registradas no Relatório Final de Auditoria.

O Sr. E.G.S. (ex-Secretário Municipal de Saúde) apresentou manifestação em resposta ao ofício SES/AUDSUS nº 36/2023, por meio do Documento RELATÓRIO DE DEFESA (DOC: 68056966), de 18/06/2023, apresentando justificativas para as não conformidades apontadas no Relatório Final de Auditoria no SMS de Caratinga.

Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade do Recorrente:

Inicialmente argumentou:

“O Município de Caratinga na pandemia da Covid-19 se estruturou para conceder assistência hospitalar para a população de Caratinga e toda microrregião, mas com a dificuldade de acesso por outros municípios do Estado, acabou sendo referência para todo estado de Minas Gerais, dando assistência a todos no momento mais difícil da história da saúde pública no País.

Sendo através do Hospital Irma Denise CASU um dos únicos Hospitais que cumpriu o Plano de Contingência Operativo aprovado na Macro Vale do Aço na expansão e criação de nossos leitos clínicos e de UTI para atender assistencialmente a demanda de pacientes suspeitos e confirmados com a COVID-19, dando cobertura hospitalar para a Macro Vale do Aço com uma população estimada de 854.769 mil pessoas em 35 Municípios.”

1 – Constatação nº 632843 –A SMS de Caratinga não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do Fundo Estadual de Saúde (FES) para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital Casu Irmã Denise (HCID).

A equipe de auditoria evidenciou:

“Analisando as consulta das transferências do FES ao FMS de Caratinga e HCID; as cópias de extratos bancários da conta corrente do FMS nº 69441-X, agência 0177-5, BB; as prestação de contas contendo os demonstrativos físicos financeiros, as notas fiscais, os extratos bancários e comprovantes de pagamentos do termo de convênio nº 14/2020; o Termo de Compromisso 147/7461 e o relatório de solicitação de pagamento extraído do SIGRES em 28/06/2021, constatou-se que a SMS Caratinga repassou com atraso ao HCID os recursos estaduais provenientes da Resolução 7461/2021. A totalidade dos recursos estaduais recebidos pela SMS e HCID estão discriminados no Anexo I - Recursos Federais e Estaduais MAC Repassados ao FMS de Caratinga e ao Hospital Casu Irmã Denise Enfrentamento COVID-19. A SMS de Caratinga recebeu por meio da Resolução SES/MG nº 7461/2021 - o valor total de R\$ 515.000,00 (Quinhentos e quinze mil reais) para apoio à estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano de Contingência Macrorregional, sendo que deste montante, R\$ 315.000,00 (Trezentos e quinze mil reais) deveriam ser repassados ao HCID e R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) deveriam ser repassados ao Hospital Nossa Senhora Auxiliadora. Os recursos foram recebidos no dia 14/05/2021 na conta corrente 69441-X, agência 0177-5 do Banco do Brasil (001) conforme discriminado no Anexo I. Ocorre que os repasses aos referidos hospitais supracitados só foram efetuados no dia 14/06/2021, exatamente um mês após o recebimento por parte do FES. Ressalta-se que apenas este recurso advindo da Resolução 7461/2021 foi depositado na conta da SMS para posterior repasse ao HCID. O restante dos recursos estaduais discriminados no Anexo II foi repassado diretamente do FES para a conta do HCID.”

Manifestação do Recorrente:

“A SMS de Caratinga não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do fundo Estadual de Saúde para enfrentamento da COVID-19, nas ações de média e alta complexidade no Hospital Irma Denise CASU.

Conforme respondido no Ofício/ Resposta Auditoria 01, que diante do exposto justifiquei que para haver o repasse de recursos recebidos no Fundo Municipal de Saúde é necessário seguir os tramites para a formalizações legal do repasse financeiro, como adoção dos critérios indicados por cada resoluções para a devidas aplicações dos recursos pelo órgão beneficiário do repasse e prestação de contas, sendo assim quando nos informado do recebimento do repasse, imediatamente este Ex-Secretário Municipal de Saúde através da equipe de gestão e financeira da SMS, repassava as informações ao Setor de Convênios para a formalização do convênio de repasse, fato de demandava tempo principalmente em meio da pandemia que vários servidores realizavam trabalhos em home-office e o setor de convênios demandaria um tempo para toda análise jurídica e técnica para formalizar o instrumento correto de repasse, tanto que na constatação 63172- Formalização, todos os critérios foram devidamente adotados e foram conforme de acordo com a legislação e resolução.

Venho por meio deste solicitar reconsideração da resposta pelas seguintes considerações:

- A pandemia da COVID-19 foi um momento excepcional da gestão da saúde em que os tramites administrativos exigiam um tempo e uma atenção maior para que os repasses fossem realizados assegurando os instrumentos de repasse e controle de forma correta e a execução do objeto, sendo o prazo de 05 dias impossível de realizar as transferências de foram segura administrativamente e juridicamente.*

- Que as instituições financeiras no qual a instituição beneficiada necessitava realizar abertura de conta bancaria para recebimento de cada recurso, não estavam executando abertura no prazo estipulado, por ser um momento excepcional, com redução de atendimento de demanda e extensão de prazo de execução de abertura de contas bancárias.*

- Que a assistência ao paciente, objeto principal do repasse de recurso até a instituição beneficiada, não foi prejudicada por demandar um maior tempo para a realização do repasse.*

- Que em diversas áreas da administração pública tanto o Governo Federal, bem como o Governo Estadual, através de diversas deliberações ou medidas provisória, prorrogaram e estenderam prazos, suspenderam metas, no entendimento da excepcionalidade do momento, sendo assim solicitado consideração dessa comissão de auditoria principalmente que de acordo com a constatação 63172 – que avaliou o quesito formalização, todos os critérios foram devidamente adotados conforme a legislação e resoluções.”*

A Resolução SES/MG nº 7.461, de 31 de março de 2021, estabelece repasse de parcela excepcional de incentivo financeiro para apoio à estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano de Contingência Macrorregional – Grade de Leitos do Estado de Minas Gerais para o enfrentamento do Coronavírus– COVID19. Vejamos:

Art. 1º – Estabelecer repasse de incentivo financeiro para apoio à estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano Operativo de Contingência Macrorregional – Grade de Leitos do Estado de Minas Gerais para o enfrentamento do Coronavírus–COVID19, conforme disposto no Anexo I desta Resolução.

(...)

Art. 5º – O incentivo financeiro de que trata esta Resolução será repassado aos beneficiários mediante a formalização de instrumento de repasse no SiG-RES (Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde), ou outro sistema informatizado disponibilizado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES/MG), observada a legislação aplicável.

§ 1º - Os instrumentos de repasse deverão ser assinados no 7 (sete) dias, a contar da data de sua disponibilização no sistema, facultada à SES/MG a prorrogação do prazo pelo mesmo período, por ato do Secretário de Estado de Saúde.

§ 2º - Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior, o beneficiário deixará de fazer jus ao incentivo e o instrumento contratual ficará indisponível para assinatura, após bloqueio no sistema.

Art. 6º – Para fins de execução dos recursos, os municípios deverão apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data desta publicação, o Plano de Trabalho contendo as ações e prazos para execução dos recursos nos moldes do Anexo II desta Resolução.

§ 1º - A Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde emitirá Nota Técnica contendo as orientações necessárias para elaboração do Plano de Trabalho e execução dos recursos.

§ 2º - O Plano de Trabalho não é item condicionante do repasse dos recursos para o beneficiário, mas sua execução deve ser precedida do envio para a Unidade Regional de Saúde e aprovação pela mesma. (...)

O instrumento de repasse de que trata a referida Resolução, contém as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente TERMO DE COMPROMISSO tem por objeto a adesão do MUNICÍPIO/SMS às regras previstas na Resolução SES-MG n.º 7.461, de 31 de março de 2021, visando apoio à estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano Operativo de Contingência Macrorregional - Grade de Leitos do Estado de Minas Gerais para o enfrentamento do Coronavírus -COVID19.

I - AO MUNICÍPIO/SMS:

- a. formalizar e publicar instrumento jurídico com a ENTIDADE BENEFICIADA, conforme legislação vigente, replicando as disposições pertinentes previstas neste TERMO, para a efetivação do repasse dos recursos estaduais;*
- b. cumprir os compromissos e/ou executar as ações/serviços/procedimentos constantes no Anexo Técnico;*
- c. repassar à ENTIDADE BENEFICIADA os recursos financeiros transferidos pela SES/MG até o 5º dia útil após o recebimento, sob pena de bloqueio no Sistema de Administração Financeira/SIAF e instauração de Tomada de Conta Especial;*

O Termo de Convênio nº 04/2021 celebrado entre o município de Caratinga e a Fundação Educacional de Caratinga (CASU Irmã Denise), estabeleceu:

(...)

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**I - DO MUNICÍPIO DE CARATINGA:**

a) Para cumprimento do objeto do presente instrumento, o CONCEDENTE obriga-se a repassar a CONVENIENTE o valor do recurso destinado conforme publicado na Resolução SES/MG Nº 7461/2021.

(...)

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

(...)

7.1 - O repasse dos recursos à CONVENIENTE para a execução do objeto deste CONVÊNIO será realizado em 5 (cinco) dias úteis após o repasse do recurso, em conta específica indicada pela entidade.

O Recorrente reiterou as justificativas apresentadas em primeira instância, as quais não foram acatadas pela equipe de auditoria, cuja conclusão/fundamentação se mostrou, ao nosso entender, adequadamente apta a sustentar a manutenção da penalidade aplicada. Assim sendo, nossa opinião é no sentido de que as argumentações apresentadas pelo recorrente não foram suficientes para justificar a constatação não conforme em questão.

2 – Constatação nº 632844 – A SMS de Caratinga não aplicou adequadamente parte dos recursos financeiros e materiais recebidos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no HCID.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Analisando as consultas das transferências do FNS ao FMS de Caratinga; as notas de empenhos ordinários; os extratos bancários das contas do FMS; os Termos de Convênios 09/2020, 13/2020, 14/2020 e 18/2020 e a Razão de Bancos do FMS Caratinga c.c. 662410-0 - ag. 0106 - CEF, constatou-se que houve utilização inadequada na classificação orçamentária para despesa na utilização dos recursos COVID-19 pela SMS Caratinga. A SMS de Caratinga recebeu do Fundo Nacional de Saúde para o enfrentamento da COVID-19 no grupo MAC, no período de Março/2020 a Maio/2021, o montante global no valor de R\$ 25.540.159,14 (vinte e cinco milhões, quinhentos e quarenta mil, cento e cinquenta e nove reais e quatorze centavos), sendo que deste montante R\$ R\$ 16.466.558,89 (dezesesseis milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos) são recursos específicos destinados ao Hospital Casu Irmã Denise (Portarias GM/MS 488/2020, 1393/2020, 1448/2020, 1516/2020, 3576/2020 e 1059/2021) conforme registrado no Anexo I. Conforme Anexo II, foram repassados recursos federais do FMS Caratinga ao HCID, no período de março/2020 a maio/2021, o montante de R\$ 16.466.558,89 (dezesesseis milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos) mediante os respectivos termos de convênio específicos, no qual aqueles repasses que se encontram com inconformidades estão descritos abaixo:

_ Dia 02/06/2020 - Termo de Convênio 09/2020 - Repasse de R\$ 357.571.89 (trezentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e setenta e um reais e oitenta e nove centavos) mediante Nota de Empenho 4537/20 do FMS Caratinga c.c. 624190-0 - ag. 0106 - CEF (104) para o HCID na c.c. nº 06487-4 - ag. 4346 - SICOOB (756).

_ Dia 09/06/2020 - Termo de Convênio 09/2020 Aditivo - Repasse de R\$ 548.987,00 (quinhentos e quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e sete reais) mediante Nota de Empenho 5149/20 do FMS Caratinga c.c. 624190-0 - ag. 0106 - CEF (104) para o HCID na c.c. nº 06487-4 - ag. 4346 - SICOOB (756).

– Dia 24/06/2020 - Termo de Convênio 13/2020 - Repasse de R\$ 2.880.000,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta mil reais) mediante Nota de Empenho 5383/20 do FMS Caratinga c.c. 624190-0 - ag. 0106 - CEF (104) para o HCID na c.c. nº 06487- 4 - ag. 4346 - SICOOB (756).

– Dia 30/12/2020 - Termo de Convênio 18/2020 - Repasse de R\$ 5.760.000,00 (cinco milhões, setecentos e sessenta mil reais) mediante Nota de Empenho 10506/20 do FMS Caratinga c.c. 624190-0 - ag. 0106 - CEF (104) para o HCID na c.c. nº 06282-0 - ag. 4346 - SICOOB (756).

Em todos estes empenhos citados a despesa foi alocada na Dotação Orçamentária com ação não específica do combate ao coronavírus, utilizando o Projeto Atividade 196 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Epidemiológica e na Subfunção 305 (Vigilância Epidemiológica). Deveria ter sido criada dotação específica para ação Covid ou poderiam ter sido alocados na Subfunção: 122 - Administração Geral; Ação: xxx - Enfrentamento da Emergência COVID-19 a fim de possibilitar que os novos recursos extraordinários fossem utilizados tanto nas ações de vigilância, assistência farmacêutica, atenção básica e média e alta complexidade no combate ao Covid-19, conforme disposição expressa na Nota Técnica STN nº 21231/2020 de 02/06/2020, Item II, Incs. 13, 15 e 16 e Nota Técnica CNM Nº 23-A/2020 de 13/04/2020, Item IV. Ratifica-se que todos estes dados e outros complementares estão discriminados de forma detalhada nos Anexos I e II do Relatório de Auditoria.”

Manifestação do Recorrente (E.G.S):

Vale lembrar, que no ano de 2000, o Sr. E.G.S. não havia assumido o cargo de Secretário Municipal de Saúde, cuja nomeação ocorreu em 07/01/2021.

A Portaria de Consolidação MS/GM nº 06/2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, estabeleceu:

(...)

Art. 3º Os recursos do Fundo Nacional de Saúde, destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, a serem repassados na modalidade fundo a fundo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios serão organizados e transferidos na forma dos seguintes blocos de financiamento: (Redação dada pela PRT GM/MS nº 828 de 14.4.2020).

§ 3º A vinculação de que trata o inciso I do § 2º é válida até a aplicação integral dos recursos relacionados a cada Programa de Trabalho do Orçamento Geral da União que deu origem ao repasse, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso no fundo de saúde do Estado, do Distrito Federal ou do Município. (Redação dada pela PRT GM/MS nº 3.992 de 28.12.2017).

O Decreto Federal nº 10.360 de 21 de maio de 2020, dispõe sobre a forma de identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia e de seus efeitos sociais e econômicos:

Art. 1º As autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia, de que trata o art. 1º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, observarão os seguintes critérios:

I - as programações orçamentárias cuja finalidade seja exclusivamente o enfrentamento da covid-19 e de seus efeitos sociais e econômicos deverão conter o complemento “covid-19” no título ou no subtítulo da ação orçamentária, sem prejuízo de sua combinação com o marcador de que trata o inciso II.

Conforme observado, não houve manifestação específica do Recorrente acerca da evidência apontada pela equipe de auditoria. Assim sendo, nossa opinião é pela manutenção da penalidade aplicada.

3 – *Constatação nº 632845* –A SMS de Caratinga não aplicou adequadamente parte dos recursos financeiros e materiais recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no HCID.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Analisando as consultas das transferências do FNS ao FMS de Caratinga; as notas de empenhos ordinários; os extratos bancários das contas do FMS; os Termos de Convênios 03/2020 e 06/2020 e 18/2020 e a Razão de Bancos do FMS Caratinga c.c. 662410-0 - ag. 0106 - CEF, constatou-se que houve atraso no repasse de parte dos recursos federais para combate ao COVID-19 da SMS para o HCID. A SMS de Caratinga recebeu do Fundo Nacional de Saúde para o enfrentamento da COVID-19 no grupo MAC, no período de Março/2020 a Maio/2021, o montante global no valor de R\$ 25.540.159,14 (vinte e cinco milhões, quinhentos e quarenta mil, cento e cinquenta e nove reais e quatorze centavos), sendo que deste montante R\$ R\$ 16.466.558,89 (dezesseis milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos) são recursos específicos destinados ao Hospital Casu Irmã Denise (Portarias GM/MS 488/2020, 1393/2020, 1448/2020, 1516/2020, 3576/2020 e 1059/2021) conforme registrado no Anexo I. Conforme Anexo II, foram repassados recursos federais do FMS Caratinga ao HCID, no período de março/2020 a maio/2021, o montante de R\$ 16.466.558,89 (dezesseis milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos) mediante os respectivos termos de convênio específicos, no qual aqueles repasses que se encontram com inconformidades estão descritos abaixo:

_ Dia 11/05/2020 - Termo de Convênio 03/2021 - Repasse de R\$ 3.360.000,00 (três milhões, trezentos e sessenta mil reais) mediante Nota de Empenho 3285/21 do FMS Caratinga c.c. 624190-0 - ag. 0106 - CEF (104) para o HCID na c.c. nº 06488-2 - ag. 4346 - SICOOB (756). Ocorre que este recurso federal é oriundo da Portaria GM/MS nº 1059/2020 e é específico para repasse ao HCID no que tange à habilitação e manutenção de leitos UTI Adulto tipo II e infantil no beneficiário. Deveria, portanto, ter sido repassado de forma integral ao beneficiário em até 05 (cinco) dias úteis após o crédito na conta do FMS de Caratinga. A ordem bancária do FNS para o FMS foi efetuada em 23/04/2021 e o repasse para a conta do Hospital só foi efetivado em 11/05/2021.

_ Dia 15/06/2021 - Termo de Convênio 06/2021 - Repasse de R\$ 3.360.000,00 (três milhões, trezentos e sessenta mil reais) mediante Nota de Empenho 4977/2021 do FMS Caratinga c.c. 624190-0 - ag. 0106 - CEF (104) para o HCID na c.c. nº 06485-8 - ag. 4346 - SICOOB (756). Ocorre que este recurso federal é oriundo da Portaria GM/MS nº 1059/2020 e é específico para repasse ao HCID no que tange à habilitação e manutenção de leitos UTI Adulto tipo II e infantil no beneficiário. Deveria, portanto, ter sido repassado de forma integral ao beneficiário em até 05 (cinco) dias úteis após o crédito na conta do FMS de Caratinga. A ordem bancária do FNS para o FMS foi efetuada em 31/05/2021 e o repasse para a conta do Hospital foi executado em 15/06/2021.

Ratifica-se que todos estes dados e outros complementares estão discriminados de forma detalhada nos Anexos I e II do Relatório de Auditoria. Diante do exposto, constatou-se que a SMS não respeitou alguns ditames legais no que tange à aplicação dos recursos Covid MAC de origem federal.”

Manifestação do Recorrente:

“...Conforme respondido no Ofício/ Resposta Auditoria 01, que diante do exposto justifiquei que para haver o repasse de recursos recebidos no Fundo Municipal de Saúde é necessário seguir os tramites para a formalizações legal do repasse financeiro, como adoção dos critérios indicados por cada resoluções para a devidas aplicações dos recursos pelo órgão beneficiário do repasse e prestação de

contas, sendo assim quando nos informado do recebimento do repasse, imediatamente este Ex-Secretário Municipal de Saúde através da equipe de gestão e financeira da SMS, repassava as informações ao Setor de Convênios para a formalização do convênio de repasse, fato de demandava tempo principalmente em meio da pandemia que vários servidores realizavam trabalhos em home-office e o setor de convênios demandaria um tempo para toda análise jurídica e técnica para formalizar o instrumento correto de repasse, tanto que na constatação 63172- Formalização, todos os critérios foram devidamente adotados e foram conforme de acordo com a legislação e resolução.

Venho por meio deste solicitar reconsideração da resposta pelas seguintes considerações:

- A pandemia da COVID-19 foi um momento excepcional da gestão da saúde em que os tramites administrativos exigiam um tempo e uma atenção maior para que os repasses fossem realizados assegurando os instrumentos de repasse e controle de forma correta e a execução do objeto, sendo o prazo de 05 dias impossível de realizar as transferências de forma segura administrativamente e juridicamente.*

- Que as instituições financeiras no qual a instituição beneficiada necessitava realizar abertura de conta bancária para recebimento de cada recurso, não estavam executando abertura no prazo estipulado, por ser um momento excepcional, com redução de atendimento de demanda e extensão de prazo de execução de abertura de contas bancárias.*

- Que a assistência ao paciente, objeto principal do repasse de recurso até a instituição beneficiada, não foi prejudicada por demandar um maior tempo para a realização do repasse.*

- Que em diversas áreas da administração pública tanto o Governo Federal, bem como o Governo Estadual, através de diversas deliberações ou medidas provisória, prorrogaram e estenderam prazos, suspenderam metas, no entendimento da excepcionalidade do momento, sendo assim solicitado consideração dessa comissão de auditoria principalmente que de acordo com a constatação 63172 – que avaliou o quesito formalização, todos os critérios foram devidamente adotados conforme a legislação e resoluções.”*

Da normativa que rege o tema:

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 06/2017:

(...)

Seção IV

Do Prazo para o Pagamento dos Incentivos Financeiros aos Estabelecimentos de Saúde que Prestam Serviços de Forma Complementar ao SUS

Art. 303. Fica estabelecido o prazo de até o 5º dia útil, após o Ministério da Saúde creditar na conta bancária do fundo estadual/distrital/municipal de saúde, para que os gestores efetuem o pagamento dos incentivos financeiros aos estabelecimentos de saúde que prestam assistência de forma complementar ao SUS. (Origem: PRT MS/GM 2617/2013, Art. 1º)

- Termo de Convênio 003/2021 que entre si celebram o município de Caratinga e Fundação Educacional de Caratinga (CASU Irmã Denise) com vistas ao repasse de recursos financeiros devido a habilitação de leitos UTI Covid-19, nos termos da Portaria GM/MS nº 683, de 13 de abril de 2021 do Ministério da Saúde.

(...)

CLÁUSULA SÉTIMA– DAS CONDIÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

(...)

7.1 - O repasse dos recursos à CONVENIENTE para a execução do objeto deste CONVÊNIO será realizado em 5 (cinco) dias úteis após o repasse do recurso, em conta específica indicada pela entidade.

- Termo de Convênio 006/2021, que entre si celebram o município de Caratinga e Fundação Educacional de Caratinga (CASU Irmã Denise) com vistas ao repasse de recursos financeiros devido a habilitação de leitos UTI Covid-19, nos termos da Portaria GM/MS nº 1.059, de 24 de maio de 2021 do Ministério da Saúde.

(...)

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

(...)

7.1 - O repasse dos recursos à CONVENIENTE para a execução do objeto deste CONVÊNIO será realizado em 5 (cinco) dias úteis após o repasse do recurso, em conta específica indicada pela entidade.

Do mesmo modo a manifestação do Recorrente repete os argumentos apresentadas à equipe de auditoria, os quais não foram acatados em primeira instância. Assim sendo, e considerando que a conclusão/fundamentação se mostrou apta a sustentar a manutenção da penalidade aplicada nossa opinião é no mesmo sentido.

4 – Constatação nº 632846 – Transferências bancárias indevidas de recursos financeiros federais do SUS repassados fundo a fundo e destinados ao enfrentamento da COVID-19 para contas não específicas.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Em auditoria constatou-se que ocorreram transferências bancárias de recursos financeiros federais do SUS, repassados fundo a fundo, para contas diferentes da conta específica na qual os recursos deveriam ter sido mantidos até a sua destinação final.

A análise dos extratos bancários da conta Custeio do FMS Caratinga, c.c. 662410-0 - ag. 0106 - CEF, e do relatório Razão de Bancos, do período de março/2020 a maio/2021, revelaram a movimentação indevida dos recursos federais repassados fundo a fundo. Ressalte-se que todos os depósitos de origem do FNS para enfrentamento da COVID-19 foram efetuados nesta conta. Segue relação de transferências bancárias que evidenciam as movimentações indevidas:

A) Transferências para a C.C. 660026-3, ag. 0106 - CEF - Conta Salário da Prefeitura Dia 02/03/2021: 3 (três) transferências: R\$ 61.099,24 - R\$ 200.000,00 - R\$ 328.474,72 Dia 19/03/2021: 2 (duas) transferências: R\$ 8.779,57 - R\$ 104.954,68 Dia 01/04/2021: 3 (três) transferências: R\$ 38.866,53 - R\$ 200.000,00 - R\$ 307.115,02 Dia 28/04/2021: 2 (duas) transferências: R\$ 41.570,49 - R\$ 484.604,88 Dia 27/05/2021: 2 (duas) transferências: R\$ 42.470,21 - R\$ 491.076,03

B) Transferências para a C.C. 1000-1, ag. 0177-5 - BB - Conta Salário da Prefeitura Dia 15/07/2020: 2 (duas) transferências: R\$ 7.189,25 e R\$ 101.169,43 Dia 30/07/2020: 2 (duas) transferências: R\$ 61.838,80 e R\$ 702.752,63 Dia 19/08/2021: 2 (duas) transferências: R\$ 9332,22 e R\$ 100.738,82 Dia 01/09/2020: 2 (duas) transferências: R\$ 53.893,37 e R\$ 479.106,66 Dia 18/09/2020: 1 (uma) transferência: R\$ 100.626,69 Dia 29/09/2020: 3 (três) transferências: R\$ 56.208,98, R\$ 200.990,64 e R\$ 300.000,00 Dia 20/10/2020: 2 (duas) transferências: R\$ 3.803,96 e R\$ 100.792,22 Dia 28/10/2020: 2 (duas) transferências: R\$ 65.787,97 e R\$ 598.925,30 Dia 27/11/2020: 2 (duas) transferências: R\$

62.623,07 e R\$ 600.081,21 Dia 18/12/2020: 4 (quatro) transferências: R\$ 5.419,47, R\$ 16.606,11, R\$ 102.145,20 e R\$ 243.420,91 Dia 29/12/2020: 2 (duas) transferências: R\$ 56.433,63 e R\$ 483.706,87 Dia 16/04/2021: 2 (duas) transferências: R\$ 6.955,91 - R\$ 102.673,10 Dia 19/05/2021: 2 (duas) transferências: R\$ 7.718,06 - R\$ 1.100.947,97.”

Não houve manifestação do auditado em relação à constatação não conforme em questão.

5 – *Constatação nº 633294* –A Secretaria Municipal de Saúde - SMS de Caratinga realiza parcialmente o acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com o Hospital CASU-Irmã Denise para enfrentamento da COVID-19.

A equipe de auditoria evidenciou:

“A SMS de Caratinga realiza o acompanhamento da execução do instrumento firmado com a Fundação Educacional de Caratinga-CASU Irmã Denise, convênio nº 007/2021, relativo aos 70 leitos de UTI habilitados pelo Ministério da Saúde GM/MS nº 683/2021.

O hospital, ao longo da pandemia, teve 3 (três) habilitações COVID-19, onde houve ampliação de leitos progressivamente. Na Portaria GM/MS nº 1516/2020 habilitou-se 20 leitos de UTI II (adulto) sendo que a SMS de Caratinga conveniou-os por meio do Convênio nº 13/2020; a Portaria GM/MS nº 3576/2020 habilitou 40 leitos UTI II (adulto) e a SMS de Caratinga conveniou-os por meio do Convênio nº 18/2020 e a Portaria GM/MS nº 683/2021 habilitou 70 leitos UTI II (adulto) sendo feito o convênio referente aos novos leitos com a SMS/Caratinga. Os demais leitos foram montados concomitantes ao processo e financiados de forma crescente pela Secretaria de Estado da Saúde, sendo publicada por último a Resolução SES/MG nº 7509/2021 que financia, em caráter temporário, os 50 leitos adulto e 5 leitos pediátricos, resultando em 55 (cinquenta e cinco) leitos UTI II do Hospital CASU Irmã Denise. Totalizam então 125 (cento e vinte cinco) leitos UTI II COVID-19.

Os recursos desses leitos são disponibilizados pelo Fundo Estadual de Saúde (FES-MG) e são creditados diretamente ao prestador de serviço que disponibiliza o leito, a partir do Plano de Contingência, atualizados regularmente pela CIB-SUS. A última atualização do Plano de Contingência da Grade Hospitalar para o enfrentamento da COVID-19, datada de 25/06/2021 estabelece também 25 leitos clínicos, que foram transferidos de outras clínicas para atender com exclusividade a pandemia.

Ocorreu convênio entre a SES/MG e o município para estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais que foi cumprido de acordo com a prestação de contas apresentada ao município.

A SMS de Caratinga demonstrou que acompanha somente a execução do instrumento jurídico firmado com o Hospital CASU-Irmã Denise por meio do Convênio nº007/2021.

Em relação aos leitos disponibilizados pelas resoluções SES/MG nºs. 7160/2020, 7265/2020, 7295/2020, 7395/2020, 7384/2020, 7396/2021, 7446/2021, 7482/2021 e 7509/2021 que é também corresponsável (SES-MG/SMS) conforme preconizado, acompanha a regulação dos leitos e a assistência aos pacientes por meio de supervisão hospitalar e execução das internações, sem monitoramento diário dos leitos e verificação das condições de infraestrutura utilizadas nos leitos para essas internações.”

Manifestação do Recorrente:

“A SMS realiza parcialmente o acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com Hospital Irma Denise – CASU para enfrentamento da COVID-19.

Conforme respondido no Ofício/ Resposta Auditoria 01, Foi realizado o acompanhamento total da execução do instrumento jurídico firmado com o Hospital, além da equipe de Controle avaliação

que tinha o contato permanente para regularização das habilitações e serviços no sistema a SMS possui um médico auditor que in loco acompanhava a assistência aos pacientes por meio de supervisão hospitalar e execução das internações acompanhando diariamente e monitorando os leitos.

De acordo com a avaliação da Constatação 633297, a SMS realizou o controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital Irma Denise – CASU, no atendimento da COVID-19. Vale ressaltar que o trabalho as dependências internas no Hospital Irma Denise- CASU, nas alas destinadas para pacientes COVID-19 eram restritas aos profissionais envolvidos pelo risco de contaminação.

Venho por meio deste solicitar reconsideração da resposta pelas seguintes considerações:

- A pandemia da COVID-19 foi um momento excepcional da gestão da saúde.*
- Sobre as metas a cumprir houve a publicação de duas leis 13.992 de 22 de Abril de 2020 e 14.189 de 28 de Julho de 2021, que suspenderam a obrigatoriedade da manutenção das metas qualitativas e quantitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza no âmbito do Sistema Único de Saúde.*
- Que os ocupação de leitos foram acompanhadas diretamente tanto que o Município e instituição hospitalar realizaram mais de uma ampliação de leitos observando o aumento de casos e internações.*
- Que através do acompanhamento sistemático e o compromisso de assistência aos pacientes de Caratinga, microrregião e outras regiões do estado, onde não foi cumprido o plano operativo, Caratinga em um momento de dúvida sobre investimento em saúde, garantiu junto ao Hospital Irmã Denise atendimento a todos os mineiros.”*

Nesse sentido, dispõe a Resolução SES-MG nº 7.461/2021:

Art. 5º – O incentivo financeiro de que trata esta Resolução será repassado aos beneficiários mediante a formalização de instrumento de repasse no SiG-RES (Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde), ou outro sistema informatizado disponibilizado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES/MG), observada a legislação aplicável.

(...)

Art. 7º – Para fins de monitoramento será considerado o indicador descrito no Anexo III desta Resolução, que será apurado por meio Relatório de Monitoramento do Plano de Trabalho conforme Anexo IV. Parágrafo único – O descumprimento do indicador ensejará a devolução dos recursos devidamente corrigidos ao Fundo Estadual de Saúde.

O instrumento de repasse de que trata a Resolução SES-MG nº 7.461/2021, dispõe:

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá:

I - AO MUNICÍPIO/SMS: formalizar e publicar instrumento jurídico com a ENTIDADE BENEFICIADA, conforme legislação vigente, replicando as disposições pertinentes previstas neste TERMO, para a efetivação do repasse dos recursos estaduais;

J - fiscalizar, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde, as ações relativas à execução deste TERMO e seus anexos;

(...)

I. acompanhar o desempenho da ENTIDADE BENEFICIADA quanto ao cumprimento das metas;

Importante apontar que a legislação citada pelo Recorrente, refere-se aos prestadores de serviços contratados no âmbito da prestação de serviços assistenciais em complementação às disponibilidades ofertadas pelo SUS. A constatação não conforme aponta irregularidades relativas a instrumentos jurídicos firmados com a SES, relativos ao repasse de recursos por meio de Resoluções, com assinatura de instrumentos que estabelecem a obrigatoriedade de acompanhamento do desempenho e cumprimento de metas.

Desse modo, entendemos que não foram apresentadas argumentações válidas, acompanhadas de suporte probatório apto a afastar a irregularidade identificada pela equipe de auditoria.

6 – Constatação nº 633296 – A Secretaria Municipal de Saúde-SMS de Caratinga não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital CASU-Irmã Denise.

A equipe de auditoria evidenciou:

“A SMS de Caratinga não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19. Diariamente o hospital repassa os leitos ocupados para a SMS de Caratinga, e o número de casos suspeitos COVID-19 recebidos. A SMS de Caratinga não apresentou relatórios de monitoramento e controle referente as internações do CASU-Irmã Denise, elaborados pela SMS quanto a ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19, do período de abrangência da auditoria. Os dados são fornecidos pelo Hospital referente às informações das internações da ala COVID19 do Hospital CASU-Irmã Denise, o qual instrumentaliza a SMS de Caratinga a emitir os Boletins Diários de repasse de informação à população como também elaborar o Boletim Epidemiológico de COVID-19, do município de Caratinga.

O monitoramento diário dos leitos é feito somente pelo hospital por meio de sua colaboradora P.C.S.B. que é a referência da SARS na instituição e repassa os dados atualizados diariamente, com um boletim padrão para atualização dos casos COVID-19 à SMS de Caratinga. Assim, não há um monitoramento dos leitos pela SMS.

Quanto as internações negadas, de acordo com as ocorrências do Sistema SUSFácil, o município não tem informação a respeito. Na verificação do quantitativo de leitos informados no SUSFácil para os leitos COVID-19 (clínicos e UTI/Adulto) no período da auditoria, e após analisar o CNES no mesmo período, verificou-se que existe incompatibilidade entre as informações, uma vez no CNES (em 08/07/21) informa-se a existência de somente 70 leitos de UTI Tipo II SRAG/COVID19 disponibilizados ao SUS não ocorrendo a devida atualização dos leitos no sistema que deveria apresentar, conforme grade de leitos no anexo 5.

A SMS de Caratinga conta com um grupo de monitoramento epidemiológico de casos COVID-19 por meio da rede social WhatsApp, e é divulgado a nível local e regional através da imprensa escrita e falada (canais de TV e rádio) sendo atualizadas diariamente pelo setor de epidemiologia do município. Concluindo, não há acompanhamento dos leitos e monitoramento da ocupação dos mesmos pela SMS de Caratinga, somente acompanhamento dos casos suspeitos e confirmados (notificação compulsória) dos pacientes COVID-19 internados, pelo setor de epidemiologia.”

Manifestação do Recorrente:

“A SMS não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital Irmã Denise.

Conforme respondido no Ofício/ Resposta Auditoria 01, Foi realizado o acompanhamento total da execução do instrumento jurídico firmado com o Hospital, além da equipe de Controle avaliação que tinha o contato permanente para regularização das habilitações e serviços no sistema a SMS possui um médico auditor que in loco acompanhava a assistência aos pacientes por meio de supervisão hospitalar e execução das internações acompanhando diariamente e monitorando os leitos.

De acordo com a avaliação da Constatação 633297, a SMS realizou o controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital Irma Denise – CASU, no atendimento da COVID-19.

Vale ressaltar que o trabalho as dependências internas no Hospital Irma Denise- CASU, nas alas destinadas para pacientes COVID-19 eram restritas aos profissionais envolvidos pelo risco de contaminação.

Venho por meio deste solicitar reconsideração da resposta pelas seguintes considerações:

- A pandemia da COVID-19 foi um momento excepcional da gestão da saúde.*
- Sobre as metas a cumprir houve a publicação de duas leis 13.992 de 22 de Abril de 2020 e 14.189 de 28 de Julho de 2021, que suspenderam a obrigatoriedade da manutenção das metas qualitativas e quantitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza no âmbito do Sistema Único de Saúde.*
- Que os ocupação de leitos foram acompanhadas diretamente tanto que o Município e instituição hospitalar realizaram mais de uma ampliação de leitos observando o aumento de casos e internações.*
- Que através do acompanhamento sistemático e o compromisso de assistência aos pacientes de Caratinga, microrregião e outras regiões do estado, onde não foi cumprido o plano operativo, Caratinga em um momento de dúvida sobre investimento em saúde, garantiu junto ao Hospital Irmã Denise atendimento a todos os mineiros.”*

Da normativa que rege o tema:

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 2, de 28 de setembro de 2017 que contém as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.

(...)

Anexo XXVI

Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (Origem: PRT MS/GM 1559/2008)

(...)

Art. 5º A Regulação do Acesso à Assistência efetivada pela disponibilização da alternativa assistencial mais adequada à necessidade do cidadão por meio de atendimentos às urgências, consultas, leitos e outros que se fizerem necessários contempla as seguintes ações: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 5º)

(...)

II - controle dos leitos disponíveis e das agendas de consultas e procedimentos especializados; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 5º, II) (...)

- Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus – COVID-19) da Macrorregião Vale do Aço

(...)

V. SISTEMAS DE APOIO

V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório

(...)

Gestores municipais:

(...)

II. Criar mecanismos para que os prestadores cumpram seu papel assistencial definido neste Plano de Contingência;

III. Garantir a gestão intra-hospitalar adequada dos leitos;

IV. Garantir a fidedignidade e tempestividade das informações relativas a ocupação de leitos hospitalares do seu território; (...)

O Recorrente alega, dentre outras coisas, que a SMS possuía médico auditor que acompanhava a assistência aos pacientes por meio de supervisão hospitalar, monitorando diariamente os leitos. Contudo, não foi apresentado suporte probatório consistente, capaz de demonstrar o controle de internações/ocupação dos leitos específicos para atendimento COVID. Frente ao exposto, consideramos que permanece a irregularidade.

7 – Constatação nº 632849 – A SMS não validou adequadamente os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do prestador HCID, conforme estabelecido no instrumento jurídico firmado e em normas que regulamentam os repasses, nos seguintes instrumentos: Termo de Convênio 09/2020 e seu aditivo, Termo de Convênio 13/2020 e Termo de Convênio 14/2020.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Em análise da documentação apresentada e diligências realizadas junto à SMS e HCID, procedeu-se à avaliação da prestação de contas referente aos seguintes instrumentos avaliados: Termos de Convênios 09/2020 e Aditivo, 13/2020, 14/2020, 18/2020, 03/2021 e 06/2021.

Ressalte-se que os seguintes instrumentos ainda estão dentro do prazo regulamentar: - Termo de Convênio 18/2020 - R\$ 5.760.000 - Vigência: 180 dias - Validade: 26/06/2021 - Termo ainda vigente - Prestação de Contas deverá ser encaminhado pelo prestador até 26/07/2021.

- Termo de Convênio 03/2021 - R\$ 3.360.000 - Vigência: 180 dias - Validade: 02/11/2021 - Prestação de Contas deverá ser encaminhado pelo prestador até 02/12/2021. - Termo de Convênio 04/2021 - R\$ 315.000 - Vigência: 120 dias - Validade: 24/09/2021 - Prestação de Contas deverá ser encaminhado pelo prestador até 24/10/2021.

- Termo de Convênio 06/2021 - R\$ 3.360.000 - Vigência: 180 dias - Validade: 08/12/2021 - Prestação de Contas deverá ser encaminhado pelo prestador até 02/01/2022.

No entanto, constatou-se que a SMS Caratinga não emitiu parecer adequado acerca das prestações de contas parcial e/ou total dos recursos financeiros disponibilizados ao HCID para os seguintes instrumentos:

- Termo de Convênio 09/2020 e Aditivo 09/2020 - R\$ 906.558,89 - Vigência: 180 dias - Validade: 25/11/2020 - Prestação de Contas deveria ter sido encaminhado pelo prestador até 25/12/2020, sendo encaminhada pelo HCID no mês de abril/2021. A SMS cobrou o hospital via e-mail datado de 16/12/2020 para encaminhar a referida prestação de contas.

Em Maio/2021 o HCID encaminhou a referida prestação. Em 19/05/2021 a SMS emitiu um documento denominado CheckList indeferindo a prestação devido à inconformidade documental. No entanto, a ferramenta utilizada para a análise (CheckList) tem como observância legal o Decreto Executivo Municipal nº 105/2015 que já foi revogado por legislação mais recente (Decreto Municipal 011/2018). Em 08/07/2021 o Hospital novamente encaminhou a prestação de contas e a SMS ainda não forneceu parecer oficial até a data de finalização dos trabalhos operativos de auditoria (16/07/2021).

- Termo de Convênio 13/2020 - R\$ R\$ 2.880.000,00 - Vigência: 90 dias - Validade: 20/09/2020 - Prestação de Contas deveria ter sido encaminhado pelo prestador até 20/10/2020. Porém foi entregue de forma conjunta com a Prestação do Convênio 09/2020 e apresentando as mesmas características anteriormente citadas na apresentação do termo de convênio 09/2020.

- Termo de Convênio 14/2020 - R\$ R\$ 200.000,00 - Vigência: 180 dias - Validade: 29/12/2020 - Prestação de Contas deveria ter sido encaminhado pelo prestador até 29/01/2021, sendo encaminhada pelo HCID no mês de maio/2021. A SMS não forneceu comprovação de cobrança pelo atraso na prestação de contas ao hospital. Em Maio/2021 o HCID encaminhou a referida prestação. Nas datas de 19, 24 e 27/05/2021 a SMS emitiu um documento denominado CheckList indeferindo a prestação devido à inconformidade documental. Em 10/06/2021 a SMS emitiu a ferramenta CheckList registrando a entrega de toda documentação necessária, porém não forneceu Parecer Final de forma técnica explicitando sobre a regularidade e a legalidade na utilização dos recursos financeiros repassados para o HCID. Ressalte-se que a ferramenta utilizada para a análise (CheckList) tem como observância legal o Decreto Executivo Municipal nº 105/2015 que já foi revogado por legislação mais recente (Decreto Municipal 011/2018)."

Manifestação do Recorrente:

"A SMS não validou adequadamente os dados referentes à prestação de contas do Hospital Irma Denise – CASU, conforme estabelecido no instrumento jurídico firmado e em normas que regulamenta os repasses.

As prestações de Contas são realizadas no Departamento de Assessoria de Convênios órgão Central da Prefeitura Municipal de Caratinga, quando o beneficiário envia as documentações para análise da prestação de contas é analisada pelos técnicos do setor (Assessoria de Convênios) e se casohouver inconsistência, ou falta de documentações ou necessidade de apresentar documentação complementar, o Departamento faz a devolução listando os documentos necessários para a continuidade das realização das análises da prestação de contas para cada convenio.

Venho por meio deste solicitar reconsideração da resposta pelas seguintes considerações:

- A pandemia da COVID-19 foi um momento excepcional da gestão da saúde, no qual as instituições beneficiadas também apresentavam dificuldades para o devido cumprimento dos prazos.
- Sobre as metas a cumprir houve a publicação de duas leis 13.992 de 22 de Abril de 2020 e 14.189 de 28 de Julho de 2021, que suspenderam a obrigatoriedade da manutenção das metas qualitativas e quantitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza no âmbito do Sistema Único de Saúde, sendo assim as prestações de contas foram prejudicadas para avaliação integral no momento."

Os Termos de convênios celebrados possuem cláusulas com as mesmas disposições.

Vejamos:

- Termo de Convênio 003/2021 que entre si celebram o município de Caratinga e Fundação Educacional de Caratinga (CASU Irmã Denise) com vistas ao repasse de recursos financeiros devido a habilitação de leitos UTI Covid-19, nos termos da Portaria GM/MS nº 683, de 13 de abril de 2021 do Ministério da Saúde:

(...)

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

(...)

3.1 - São obrigações e responsabilidades, além dos outros compromissos assumidos neste CONVÊNIO e os previstos na legislação vigente:

*I - DO MUNICÍPIO DE CARATINGA:**(...)**e) Receber e analisar as prestações de contas finais apresentadas, aprova-las com ou sem ressalvas, ou rejeitá-las, mantê-las em arquivo devidamente autuadas, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, para futuras ou eventuais inspeções;**(...)**CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**8.1 – A CONVENIENTE fará a prestação de contas dos recursos repassados, até 30(trinta) dias após o encerramento deste Convenio, através de:**a) Ofício de encaminhamento;**b) Comprovante de despesas;**c) Relatório de Execução de Receita e Despesas;**d) Relação de pagamentos;**e) Comprovante Original de recolhimento de saldo se houver;**f) Extratos Bancários;**g) Conciliação Bancária;**h) Ata da Reunião de Diretoria, aprovando a prestação de contas final, assinada por no mínimo 50% + 1 de seus membros.**8.2 – Após a análise a Prestação de Contas será encaminhada para o Conselho Municipal de Saúde para sua aprovação no RAG (Relatório Anual de Gestão).**8.3 -A aprovação da prestação de contas receberá ressalvas quando evidenciada irregularidade ou invalidade de natureza formal da qual resulte dano ao erário.**8.4 – A prestação de contas não será aprovada quando houver falta de comprovação total ou parcial, e/ou irregularidade na aplicação de recursos do convênio, ou dano ao erário.*

Conforme verificado, o Recorrente não apresenta argumentação especificamente relacionada ao conteúdo da evidência apontada pela equipe de auditoria, vez que reiterou que as prestações de contas são de responsabilidade do Departamento de Assessoria de Convênios. Assim sendo, nossa opinião é pela manutenção da penalidade aplicada.

8 – *Constatação nº 633426* – A Secretaria Municipal de Saúde-SMS Caratinga não promoveu os ajustes no PMS e na PAS inserindo às ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e os submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

A equipe de auditoria evidenciou:

“O Plano Municipal de Saúde de Caratinga competência 2018-2021 juntamente com seu resumo, frente a alimentação do DigiSUS, foram apresentados, assim como a Programação Anual de Saúde de 2020. Contudo a SMS Caratinga não atualizou os instrumentos para inserir as ações e recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19, apesar de ter sido apresentado a ata do Conselho Municipal de Saúde-CMS de Caratinga, datada de 15/04/2021, com Ad Referendum aprovando essa atualização e ajustes.”

Manifestação do Recorrente:

“A SMS não promoveu ajustes no PMS e na PAS inserindo às ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e os submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

Sobre os Planos como na época foi solicitado a equipe da Gestão para a inserção das ações e recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19,

com a minha saída da gestão da pasta da Saúde não conseguir detectar sobre a demanda apresentada. Venho por meio deste solicitar reconsideração da resposta pela seguinte consideração:

• Conforme descrito na evidência da constatação 633426 a Secretaria Municipal de Saúde atualizou os instrumentos de gestão para inserir as ações e recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 de acordo com a ATA citada do Conselho Municipal de Saúde de Caratinga datada de 15 de Abril de 2021 por Ad Referendum que aprovou as atualizações e ajustes, mais como foi exonerado da Secretaria não consegui acesso aos planos para apresentá-los conforme o solicitado.”

- Da normativa que rege o tema:

- Portaria de consolidação MS/GM nº 1, de 28 de setembro de 2017:

(...)

Art. 96. O Plano de Saúde, instrumento central de planejamento para definição e implementação de todas as iniciativas no âmbito da saúde de cada esfera da gestão do SUS para o período de 4 (quatro) anos, explicita os compromissos do governo para o setor saúde e reflete, a partir da análise situacional, as necessidades de saúde da população e as peculiaridades próprias de cada esfera. (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º)

(...)

§ 3º A elaboração do Plano de Saúde será orientada pelas necessidades de saúde da população, considerando: (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º)

I - análise situacional, orientada, dentre outros, pelos seguintes temas contidos no Mapa da Saúde: (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I)

a) estrutura do sistema de saúde; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, a)

b) redes de atenção à saúde; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, b)

c) condições sócios sanitárias; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, c)

d) fluxos de acesso; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, d)

e) recursos financeiros; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, e)

f) gestão do trabalho e da educação na saúde; e (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, f)

g) ciência, tecnologia, produção e inovação em saúde e gestão. (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, g)

II - definição das diretrizes, objetivos, metas e indicadores; e (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, II)

III - o processo de monitoramento e avaliação. (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, III)

(...)

§ 7º O Plano de Saúde deverá considerar as diretrizes definidas pelos Conselhos e Conferências de Saúde e deve ser submetido à apreciação e aprovação do Conselho de Saúde respectivo e disponibilizado em meio eletrônico no sistema

DigiSUSGestor/Módulo Planejamento – DGMP. (Redação dada pela PRT GMMS nº 750 de 29.04.2019) (...)

- Nota Técnica nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS - Ministério da Saúde Secretaria Executiva Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa Coordenação-Geral de Fortalecimento da Gestão dos Instrumentos de Planejamento do SUS:

1. ASSUNTO 1.1. Sobre ajuste no Plano de Saúde (PS) ou na Programação Anual de Saúde (PAS) para inclusão das metas ou das ações, respectivamente, decorrentes do enfrentamento à pandemia da COVID 19.

(...)

4. PROCEDIMENTO NO DGMP COM RELAÇÃO À PANDEMIA DA COVID-19

4.1. Com relação à pandemia da COVID 19, que alterou o cenário epidemiológico em todo o mundo, os gestores dos estados, Distrito Federal e municípios deverão proceder da mesma maneira do disposto nos itens 3.2, 3.3 e 3.4, isto é, solicitar ajuste no plano para inclusão das metas ou inclusão das ações na PAS decorrentes da covid-19, conforme enquadramento ao item 3.3. ou 3.4.

4.2. Com esse procedimento, as referidas metas e ações serão apresentadas posteriormente no RG 2020 e também nos RDQA de 2020, nos quais os gestores já podem indicar as ações que vêm sendo realizadas em relação à COVID 19.

4.3. Ressalta-se que no caso de solicitação de ajuste no PS (ver item 2.9), a PAS 2020 deverá estar aberta (ver item 2.10) para recepcionar as novas metas inseridas no PS. A PAS 2018 e 2019, ao contrário, deverão estar fechadas (ver item 2.10) quando do ajuste no PS. Caso estejam abertas (ver item 2.10), também recepcionarão as metas da COVID-19 que foram inseridas no Plano, o que não faz sentido, visto que este agravamento não estava presente no cenário epidemiológico nos referidos anos.

4.4. Assim e em consonância ao exposto, é fundamental observar as Portarias do Ministério da Saúde, que tratam de repasses relativos à COVID 19 e a Lei Complementar nº 172/2020 que informam que a prestação de contas será feita no RG.

4.5. Seguindo a lógica do planejamento descrita nos itens 2.5 e 2.6, as metas relativas à Covid-19, para que estejam expressas no RG, devem ser inseridas no PS e também na PAS.

4.6. Eventuais documentos relacionados ao plano de contingência podem ser anexados no campo "outros arquivos" que está presente na tela de inserção da DOMI no PS e na tela de anualização das metas na PAS.

(...)

5. CONCLUSÃO

5.1. Qualquer alteração no cenário epidemiológico que impacte no planejamento, deve ser objeto de revisão e posterior alteração no PS ou na PAS, conforme itens 3.3 e 3.4. Se a alteração afetar um único município, então esse município deverá realizar o ajuste do PS ou na PAS no DGMP. Caso afete um conjunto de municípios de uma mesma região ou municípios de regiões diferentes, como aconteceu recentemente com a febre amarela, então esse conjunto de municípios deverá proceder aos ajustes.

5.2. No caso da COVID-19, o procedimento é o mesmo. A única diferença é que a COVID- 19, por se tratar de uma pandemia, alterou o cenário epidemiológico de todos os estados, Distrito Federal e de todos os municípios. Portanto, todos os entes

deverão, se necessário, proceder ao ajuste no PS ou na PAS, conforme o caso, observando-se as recomendações nos itens 4.1, 4.2 e 4.3.

5.3 Vale ressaltar que o ente é autônomo e responsável pela elaboração, adequação e ajustes necessários aos seus instrumentos de planejamento. O DGMP reflete parte desse processo. Assim cabe ao ente decidir se é necessário ajustar sem perder de vista que essas alterações repercutirão na prestação de contas, isto é, no RG.

Conforme transcrito, o Recorrente confirma que foi feita solicitação de inserção das ações e recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19, mas com a sua saída da gestão da pasta da Saúde *“não conseguiu detectar sobre a demanda apresentada”*. Apesar das alegações do Recorrente, a equipe de auditoria afirma que foi apresentada Ata do Conselho Municipal de Saúde, com *ad referendum*, aprovando a atualização e ajuste. Assim sendo, nossa opinião, S.M.J é no sentido que medidas foram adotadas visando corrigir a irregularidade identificada.

9 – Constatação nº 633438 – A Secretaria Municipal de Saúde-SMS de Caratinga não apresentou os Relatórios Detalhados dos Quadrimestres Anteriores-RDQAs ao Conselho Municipal de Saúde-CMS/Caratinga e à Câmara de Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da COVID-19.

A equipe de auditoria evidenciou:

“A SMS de Caratinga apresentou os RDQAs de 2020 ao CMS/Caratinga para avaliação e aprovação, mas não apresentou documentação comprobatória de que os mesmos instrumentos foram encaminhados e apresentados à Câmara Legislativa do município como preconiza a legislação. Foi apresentado o AD Referendum nº 3 do CMS/Caratinga datado de 26/03/2021 aprovando os RDQAs dos 3 quadrimestres e se comprometendo a levar à Assembléia do Conselho em reunião subsequente.

Os Relatórios apresentados não constam as ações desenvolvidas para prevenção do novo Coronavírus pela SMS/Caratinga, como tampouco foi ajustada a Programação Anual de saúde-PAS/2020, ou seja, inclusão das metas ou inclusão das ações decorrentes da COVID-19 na PAS, para atender a legislação no cenário epidemiológico. Ressalta-se que as metas previstas na PAS/2020 não foram analisadas. Dessa forma não houve o detalhamento nos RDQAs das informações referentes aos recursos destinado ao Hospital CASU-Irmã Denise, pela SMS de Caratinga para enfrentamento ao COVID-19, na abrangência dessa auditoria.”

Não houve manifestação em relação a esta constatação.

10 – Constatação nº 633439 – O Relatório Anual de Gestão-RAG 2020 não contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

A equipe de auditoria evidenciou:

“O RAG 2020 alimentado no DigiSUS contempla o recurso federal (MS) recebido COVID-19 no ano 2020, contudo sem o devido detalhamento das despesas, assim como há ausência das ações realizadas com o recurso na prevenção e assistência com a pandemia e tampouco o acompanhamento dessas ações que deveriam estar contidas na Programação Anual de Saúde/2020, a ser ajustada incluindo as metas decorrentes do processo pandêmico, o qual não foi atualizada conforme preconizado. O Relatório não apresenta as recomendações necessárias, com a inclusão dos redirecionamentos a serem

feitos no Plano de Saúde/2021 do município, como recomenda a legislação. Ressalta-se que no item 11 do relatório consta a seguinte observação: "Posteriormente serão inseridas as ações do COVID-19 e feitas as alterações no plano municipal de saúde". O RAG 2020 foi aprovado por AD Referendum pelo Conselho Municipal de Saúde-CMS/Caratinga, no dia 26/03/2021. Dessa forma não houve o detalhamento no RAG 2020 das informações referentes aos recursos destinados ao Hospital CASU-Irmã Denise, pela SMS de Caratinga para enfrentamento ao COVID-19, na abrangência dessa auditoria."

Não houve manifestação do Recorrente.

11 – Constatação nº 632174 – A SMS não promoveu a devida alteração/complementação nas LDO 2020 e 2021 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

A equipe de auditoria evidenciou:

"Durante a auditoria, verificou-se que as LDO dos anos de 2020 e 2021 foram elaboradas, contudo as mesmas não identificam as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID 19. Ademais, não foram realizadas alterações ou complementações das mesmas contemplando as questões relacionadas ao combate a Pandemia do Coronavírus."

Manifestação do Recorrente:

"A SMS não promoveu a devida alteração, complementação nas LDO 2020 e 2021 para identificar as ações e programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19."

Com a saída da Gestão da Pasta da Secretaria Municipal de Saúde não consegui informação da LDO aprovada pela Câmara Municipal que é um instrumento de Planejamento e orçamento da Gestão Municipal, não somente da gestão de saúde."

O Decreto Federal nº 10.360, de 21 de maio de 2020, que dispõe sobre a forma de identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia e de seus efeitos sociais e econômicos, estabeleceu:

Art. 1º As autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia, de que trata o art. 1º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, observarão os seguintes critérios:

(...)

II - as autorizações de despesas constantes da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020 e de seus créditos adicionais abertos, que sejam direcionadas ao enfrentamento da covid - 19 e de seus efeitos sociais e econômicos, mas constem de programações orçamentárias que não se destinem exclusivamente a essa finalidade, deverão receber marcador de plano orçamentário cuja codificação será iniciada por "CV"; ou

III - as demais autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento da covid-19 e de seus efeitos sociais e econômicos que não puderem, por razões técnicas devidamente justificadas, ser identificadas na forma definida nos incisos I e II, deverão ser identificadas na forma a ser definida pela Secretaria de Orçamento

*Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia
edisonilizadas para acesso público em sítio eletrônico. (...)*

O Recorrente não apresentou manifestação apta a afastar a irregularidade identificada pela equipe de auditoria. Assim sendo, consideramos que deverá ser mantida a penalidade aplicada.

CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2.906/2011, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista técnico/jurídico, ao nosso entender.

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos. No entanto, não foram apresentadas justificativas válidas, acompanhadas de documentação probatória apta a afastar as irregularidades indicadas nos itens nº 1 (constatação 632843), nº 2 (constatação 632844), nº 3 (constatação 632845), nº 4 (constatação 632846), nº 5 (constatação 633294), nº 6 (constatação 633296), nº 7 (constatação 632849), nº 9 (constatação 633438), nº 10 (constatação 633439) e nº 11 (constatação 632174). Dessa forma, entendemos pelo conhecimento do recurso, porém negando-lhe provimento para manter as penalidades aplicadas ao SMS de Caratinga.

Quanto à irregularidade apontada no item nº 8 (constatação 633426), conforme já demonstrado, nossa opinião é pela retirada da penalidade aplicada.

Por fim, convém apontar que numa próxima auditoria, medidas mais severas deverão ser adotadas, se constatadas reincidências das não conformidades aqui mencionadas, bem como de outras que venham a prejudicar a assistência aos usuários do SUS.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2024.

- 1 - Ciente.
- 2 - De acordo.
- 3 - Submeto à apreciação da Sra. Chefe de Gabinete desta Secretaria de Estado de Saúde.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **82379793** e o código CRC **FFB0A412**.

Referência: Processo nº 1320.01.0017861/2021-35

SEI nº 82379793